

A. I. Nº - 279104.0046/02-7
AUTUADO - TORA TRANSP. IND. LTDA.
AUTUANTE - JOAQUIM MAURÍCIO DA MOTTA LANDULFO
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNETE - 22.07.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0235-01/02

EMENTA: ICMS. PASSE FISCAL. PRESUNÇÃO LEGAL, EM CASO DE PASSE FISCAL EM ABERTO, DE QUE A MERCADORIA FOI ENTREGUE NO TERRITÓRIO ESTADUAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração descaracterizada. O registro do documento fiscal na escrita do estabelecimento destinatário e os carimbos de controle da fiscalização de trânsito do Estado de destino na cópia do documento fiscal demonstram que a mercadoria não ficou no território baiano. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado pela fiscalização do trânsito de mercadorias em 22/4/2002, acusa a falta de comprovação da saída de mercadoria do território baiano, a qual transitou acompanhada de Passe Fiscal que se encontra em aberto, fato que autoriza a presunção de que tenha ocorrido a entrega da mercadoria neste Estado. ICMS exigido: R\$ 4.361,05. Multa: 100%.

O autuado apresentou defesa, anexando cópias das Notas Fiscais 373573 e 373574, emitidas pela Belgo-Mineira Participação Indústria e Comércio S.A., chamando a atenção para o fato de que nas mesmas consta a chancela da fiscalização do Estado do Piauí, bem como cópia do Registro de Entradas da IPEC Indústria de Pré-Moldados e Construções Ltda. Pede que o Auto de Infração seja julgado improcedente, e que seja dada baixa do Passe Fiscal 0422047-1.

O fiscal autuante prestou informação dizendo que somente considera realmente provada a saída do território estadual das mercadorias relativas à Nota Fiscal 373573, pois não foi provado o lançamento, no Registro de Entradas do adquirente, da outra Nota Fiscal, de nº 373574.

VOTO

Neste Auto de Infração o autuado é acusado da falta de comprovação da saída de mercadoria do território baiano, a qual transitou acompanhada do Passe Fiscal 0422047-1, estando este em aberto, fato que, em princípio, autoriza a presunção de que tivesse ocorrido sua entrega neste Estado.

O referido Passe Fiscal diz respeito às Notas Fiscais 373573 e 373574 da Belgo-Mineira Participação Indústria e Comércio S.A., empresa estabelecida em Minas Gerais, sendo a primeira Nota destinada à IPEC Ind. de Pré-Moldados e Const. Ltda., da cidade de Teresina, Piauí (fl. 27), e a segunda, ao Condomínio Princesa Diana, na mesma cidade (fl. 30).

O autuado anexou à defesa cópias das Notas Fiscais, constando nelas as indicações de controle do fisco do Estado do Piauí. Além disso, foi provado que a Nota Fiscal 373573 foi escriturada no Registro de Entradas da IPEC Ind. de Pré-Moldados e Const. Ltda. Não foi feita a mesma prova no

tocante à Nota Fiscal 373574, destinada ao Condomínio Princesa Diana, mas isso se justifica, pois condomínios não são “empresas mercantis”, não têm registro obrigatório nos cadastros estaduais de contribuintes, e por conseguinte não dispõem de Registro de Entradas. Em relação à Nota Fiscal 373574, como prova de que a mercadoria não ficou no território baiano, considero suficiente o carimbo apostado no verso do documento pela fiscalização do Estado do Piauí (SEFAZ-PI), conforme consta à fl. 30 (verso). Observo que as cópias apresentadas pela defesa foram autenticadas em cartório.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279104.0046/02-7**, lavrado contra **TORA TRANSP. IND. LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de julho de 2002.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR